

Minhas cidades



» JOSÉ SARNEY
*Ex-presidente da República,
escritor e imortal da Academia
Brasileira de Letra*

O mês de setembro é para mim especial por um motivo aparentemente menor: é o mês de aniversário das duas cidades que marcaram, mais que qualquer outra, os meus primeiros dias: Pinheiro, onde nasci, e São Luís, onde me tornei gente e que conquistou o meu coração.

Minhas lembranças de Pinheiro são envoltas numa certa neblina, mas nela há focos de nitidez, às vezes não em coisas que lembre com meus olhos, mas com um conhecimento tão remoto que dificilmente posso distinguir dos outros: a chuva que caía, mãe Benta, que tinha sido escrava, a parteira da cidade, e ficou ao lado de minha mãe e minha avó durante o trabalho de parto, a ida de meu pai de madrugada à Farmácia do Zé Alvim para obter um remédio — injeção de pituitina — para restabelecer as contrações do parto, a promessa de meu pai de que eu me chamaria José de Ribamar, o nascer empelidado, as joias colocadas na bacia para o banho do recém-nascido.

Minha lembrança real é meio confusa. Eu devia ter uns 3 anos, passa uma fileira de índios com passos cadenciados diante da casa. Não há rostos, as figuras deslizam. Depois minha mãe ajudou-me a entender: eram índios canelas, que vinham de quando em quando adquirir mantimentos, trocando peles de animais selvagens por pólvora, açúcar, farinha e fumo. Sua aldeia estava 20 léguas distantes, já na selva do rio Turvy. Mas a cidade se fechava,

no medo de um passado de lutas e mortes. Assim minha primeira memória é do medo.

Minha segunda memória, da mesma época, é de uma lata de flandres com biscoitos sobre uma mesa com toalha vermelha; há choros. Aprendi que naquele dia minha bisavó, que fora visitar o filho deputado em São Luís, morreu em casa dele. A partir daí, me vem a lembrança das pessoas, como minha avó Madona.

Por tudo perpassa a memória da chuva, do pote com água de caneca, da cozinha com os caldeirões de ferro, em trempes de pedra, com carvão de árvores secas, das fruteiras, manga, figo, laranja-da-terra, tangerina e da horta de quintal com tomate, vinagreira, maxixe, alface e abóbora.

Só mais tarde vem se somar à lembrança de minha mãe Kiola a de meu pai — influência definitiva em minha vida —, Sarney de Araújo Costa. Vítima da perseguição política do regime Vargas, ele foi transferido de cidade em cidade, e percorri com ele o Maranhão.

Eu o acompanhei nas entranhas físicas do Estado, mas foi minha chegada a São Luís a maior revelação de minha vida. Meu pai fora chamado para trabalhar na Procuradoria do Estado, e começamos a vida itinerante que marcou minha infância. Embarcamos cedo em São Bento. Passei mal na viagem. O balanço do barco nas ondas violentas, os gritos, o gemer da vela, as cangas de água que lavavam o convés. Ao anoitecer, na entrada do Porto de São Luís, melhorei. Chegávamos. Olhei as luzes da cidade. Tudo me pareceu muito claro e belo. Via a eletricidade pela primeira vez e fiquei intrigado com essa luz que não se apagava, como acontecia com os morrões das lamparinas.

Do barco tomamos uma canoa que encostava na rampa, feita de pedra, que avançava na água e era coberta pela maré. O limo a tornava escorregadia, e os catraieiros ajudavam a evitar os tombos das pessoas.

Os barcos chegavam com as marés, e minha

tia Martinhana e seu marido Isaac Lobato nos esperavam. A quantidade de carroças — tão diferentes dos poucos carros de boi de São Bento — que recebiam malas, cofos, sacos, engradados de galinhas, patos, porcos, gaiolas de passarinho, paneiros de farinha e peixe salgado, couros de boi, caças e peles de caças, os cachos de banana, as laranjas, o cupuaçu, a carne seca e a grande quantidade de amêndoas de babaçu, de arroz e de feijão me impressionou.

Uma carroça levou nossos sacos, e nós fomos de bonde. O bonde! — Quem puxa o bonde? — A eletricidade. Não entendi. Quando, depois, vi a lança do bonde correndo no fio, imaginei que a lança era o cavalo da carroça e o boi do carro.

Ficamos em casa de tia Martinhana por umas duas semanas. Dali descobri a cidade de São Luís com seus casarões altos que pareciam ir ao céu, o casario que se derramava em ocre ladeiras acima e abaixo, as telhas a cobrir tudo como um lençol estendido sobre a cidade. Deslumbramento! São Bento — muito menos Pinheiro — não era o centro do mundo.

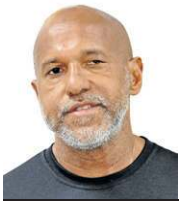
Pinheiro, fundada em 1856, completou há poucos dias seus 170 anos. Ali mantenho meus vínculos familiares, grandes amizades, essa lembrança insubstituível da terra em que nascemos. Ali se cristaliza minha primeira ligação com a baixada, terra alagada, de capins de toda espécie, pássaros em bando, peixes de água doce que vivem em lagos e poções.

Mas em São Luís, fundada há 414 anos, me tornei homem, tive meu primeiro emprego, escrevi meus primeiros versos, tomei parte na Turma da Movelaria que viria a transformar, sob minha liderança, o Maranhão. Aqui combati o bom combate, derrubando a oligarquia que pode ser explicada no fato de que, ao tomar posse, encontrei presos amarrados a troncos como no tempo da escravidão. Daqui mudamos o Maranhão. São Luís, minha terra, minha paixão!

Maurenilson Freire/CB/DA Press



Parditude e os limites da fragmentação



» RICARDO NOGUEIRA VIANA
*Delegado-chefe da 35ª DP,
professor de educação física,
mestre em direitos humanos e
segurança pública pela UFG*

Nas eleições de 2002, um influente político baiano declarou-se pardo. Após questionamentos da sociedade e da imprensa local, passou, de forma repentina, a se declarar branco. O episódio evidencia que não existe um "pigmentômetro" capaz de mensurar objetivamente a raça ou a cor de um candidato — tampouco da população em geral. Atualmente, a apuração do recorte racial ocorre, em regra, por autodeclaração.

O Brasil possui maioria negra: pretos e pardos correspondem a 55,5% da população. A definição de população negra como a soma de pretos e pardos, contudo, não foi criada pelo IBGE, como muitos supõem. O instituto trabalha com categorias distintas no quesito cor ou raça: branca, preta, parda, amarela e indígena. Nesse recorte, os pardos constituem o maior grupo individual: 45,3% da população brasileira.

É preciso considerar a dimensão histórica dessa classificação. No início do século 20, o Brasil incorporou ideais eugenistas sustentados pelo chamado racismo científico. O embranquecimento da população chegou a ser concebido como objetivo político, fomentado, entre outros meios, pela imigração europeia e asiática. Em 1911, o médico e antropólogo João Batista de Lacerda participou

do Congresso Universal das Raças e previu que o Brasil se tornaria branco em cerca de um século. Isso não ocorreu: a miscigenação permaneceu como traço marcante da formação social brasileira.

Esse processo, porém, não eliminou o racismo; apenas lhe conferiu características próprias. Diferentemente do padrão norte-americano, tradicionalmente associado à origem e a formas explícitas de segregação institucional, no Brasil consolidou-se o racismo de marca. Sob o manto da miscigenação e do mito da democracia racial, a discriminação tende a incidir com maior intensidade sobre quem apresenta traços mais associados à negritude. Quanto maior a proximidade com o padrão fenotípico europeu, branco e hegemônico, menores podem ser as barreiras raciais enfrentadas socialmente.

Em uma sociedade capitalista, a produção e a distribuição de riquezas também estruturam hierarquias sociais. A racialização contribui para definir quem estará mais exposto à precarização, à exclusão e à superexploração. É nesse sentido que se fala em racismo estrutural: não como mero comportamento individual, mas como mecanismo que organiza oportunidades e posições na pirâmide econômica e social.

Foi a partir desse diagnóstico que se consolidou a expressão "população negra", entendida como a soma de pretos e pardos. Essa articulação ganhou força, especialmente a partir dos anos 1970, no início do processo de abertura democrática, com a atuação do movimento negro e a produção de estudos sobre desigualdade racial. Embarcado preto e pardo sejam categorias distintas de autodeclaração, ambos tendem a compartilhar os efeitos do racismo estrutural: desigualdades

de renda, escolaridade, acesso a espaços de poder, violência e discriminação. Eram, portanto, recortes distintos, mas com demandas semelhantes por reconhecimento e políticas públicas.

Em 2010, o Estatuto da Igualdade Racial, Lei nº 12.288, definiu população negra como o conjunto de pessoas autodeclaradas pretas e pardas. Isso não significa que toda pessoa parda necessariamente se reconheça como negra em sua identidade individual, cultural ou política. É nesse ponto que surge o debate sobre a parditude, uma proposta voltada a descrever experiências específicas de pessoas pardas.

A miríade cromática e fenotípica que marca a população brasileira exige respeito às vivências individuais. Entretanto, quando a parditude deixa de ser instrumento de compreensão identitária e se torna um projeto de separação política, pode produzir efeito contrário ao pretendido. A fragmentação entre pretos e pardos enfraquece uma coalizão histórica formada para enfrentar o racismo, reduz a força coletiva de grupos ainda carentes de políticas públicas e dificulta a produção de diagnósticos sobre a desigualdade racial.

Entramos em um novo período eleitoral. A união produz coesão, amplia a representação e fortalece o poder de decisão. Reconhecer as particularidades da experiência parda não exige romper com a categoria político-jurídica de população negra. Enquanto se ensaiam rupturas, a branquitude continua a renovar seus pactos e a preservar seus interesses, frequentemente favorecidos pela fragmentação entre pretos e pardos. Nessa disputa, não se pode olvidar a memória dos ancestrais negros que não viraram comida dos tubarões.

Visto, lido e ouvido



Desde 1960

[Circe Cunha // circecunha.df@dabr.com.br](mailto:circecunha.df@dabr.com.br)

Crise suprema. O que nasce torto não se endireita

Há discursos que valem menos pelo que dizem e mais pelo que denunciam sem querer. Foi o caso da manifestação da ministra Cármen Lúcia na sessão do dia 15 deste mês. Ao declarar-se em estado de consternação e tristeza, ao dizer-se envergonhada de estar ali, ao admitir que o Supremo Tribunal Federal (STF) provocou um mal-estar cívico no país e ao pedir desculpas ao povo brasileiro, a decana dos votos moderados fez muito mais do que um desabafo de ocasião. Fez um diagnóstico. E o diagnóstico é devastador — precisamente porque veio de dentro, da boca de quem participou, ao longo de 20 anos, da construção do edifício que agora parece ruir.

Falência

A frase mais grave da ministra não foi a da vergonha. Foi outra: o Poder Judiciário existe para tranquilizar o povo, e nós geramos intranquilidade. Está aí, em uma linha, a medida exata do fracasso. Uma Corte constitucional não é avaliada pela simpatia que desperta nem pela popularidade de seus ocupantes, mas por uma função única e insubstituível de ser o lugar da previsibilidade, o ponto fixo a que o cidadão recorre quando tudo o mais oscila e fica sem chão. Quando o tribunal encarregado de serenar a República se converte na principal fonte de sobressalto nacional, a menos de 20 dias de uma eleição presidencial, não há crise conjuntural. O que há é a falência de função e tudo o mais que dela poder decorrer.

Origem

O país precisa ir além da comoção do momento e perguntar onde toda essa história começou. Esse é um exercício antigo que recomenda voltar atrás para retomar o caminho certo. Ela não começou em setembro de 2026, com relatórios da Polícia Federal circulando pelo plenário, com ministros acusando ministros de seletividade na divulgação de documentos, com mensagens trocadas entre um integrante da Corte e um banqueiro preso, com contratos milionários e pedidos de vista que empurram para o limbo aquilo que o país quer ver urgentemente julgado e finalizado. Tudo isso é apenas sintoma de uma doença que começou lá atrás.

Contaminação

A doença nasceu quando o Supremo decidiu que podia fazer política com a forma. Ao anular condenações inteiras sem enfrentar o mérito de uma única acusação, valendo-se de filigranas como o caso da incompetência territorial ou de CEP, além da suspeição do julgador, o tribunal não absolveu ninguém: simplesmente dissolveu o processo no ácido da tecnicidade e devolveu à disputa presidencial um ator político que a jurisdição ordinária havia, de forma cristalina, condenado em três instâncias. A distinção entre inocentar e desfazer é jurídica, sofisticada e verdadeira. É também irrelevante para o efeito prático que se produziu, e o Supremo sabia disso quando produziu e fabricou esse veneno deletério.

Borracha na caneta

Quem argumentou, à época, que se tratava de zelo garantista sustentava que o resultado eleitoral posterior legitimaria a decisão. Não foi o que se viu. O que se viu foi a restauração de métodos condenáveis do passado. O país que fora obrigado a passar a borracha sobre os escândalos do Petrolão não aprendeu nada de novo, a não ser repetir o modelo velho e execrável do passado. Com isso, inevitavelmente voltaram os arranjos, as intermediações, o balcão em que interesse privado e decisão pública se encontram em algum ponto discreto da agenda. E, desta vez, o enredo alcançou o próprio tribunal que se apresentara como fiador moral do que chamava defesa da democracia. A Corte que havia se colocado acima da política agora não consegue sequer decidir se pode ou não investigar a si mesma e transfere para uma sessão futura, ou para a prescrição do interesse público, aquilo que deveria ter resolvido em uma tarde.

Régua

É aqui que a ministra, mesmo sem querer, entrega a chave do problema. Ela pediu desculpas por não ter ajudado a promover o rigor e a serenidade que deveria. Ou seja: reconheceu que houve omissão, e omissão continuada, e omissão coletiva. Ora, um tribunal que precisa se desculpar publicamente pelos próprios atos já proferiu contra si a sentença que se recusa a proferir contra seus membros. Nenhuma instituição sobrevive à admissão de que perdeu a régua com que mede os outros.

Desvio de intenção

Repare-se, ainda, no detalhe que resume o conjunto: a discussão que paralisou o plenário não foi sobre culpa ou inocência de quem quer que seja. Foi apenas sobre o rito — se os casos deveriam ser apreciados juntos ou separados, se cabia a um ministro levantar o sigilo de um procedimento que alcançava um colega, se a questão de ordem prosperava ou não. Terminou como tantas outras vezes, com um placar de quatro a três, pedido de vista, prazo que pode se arrastar por 90 dias e uma sessão futura marcada para depois de algum dia.

A frase que foi pronunciada:

"A justiça sem a força é impotente; a força sem a justiça é tirânica."

Blaise Pascal

História de Brasília

De todas as árvores plantadas na W3, as mais bonitas são as magnólias, em frente às casas da ECPL, que começaram a florir dentro em pouco. (Publicada em 26/5/1962)